

FLS 6507

terra e democracia

segundas, 19-23h

sala 105

FFLCH

<https://edisciplinas.usp.br/course/view.php?id=112797>

Jean Tible

jeantible@usp.br

Em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754), Jean-Jacques Rousseau situa a questão da propriedade da terra como cerne da irrupção da desigualdade. Em célebre passagem, o filósofo de Genebra imagina essa virada: “O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: ‘Evitai ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!’”

A questão dos cercamentos aparece em contexto bastante distinto, em publicação recente (2010) de um pensamento antigo. O que costumamos chamar de “meio ambiente”, insiste Davi Kopenawa em *A queda do céu*, é composto tanto por humanos quanto pelos “xapiri, os animais, as árvores, os rios, os peixes, o céu, a chuva, o vento e o sol! É tudo o que veio à existência na floresta, longe dos brancos; tudo o que ainda não tem cerca. As palavras da ecologia são nossas antigas palavras, as que *Omama* deu a nossos ancestrais”. Os processos de colonização buscam ignorar e aniquilar essa multiplicidade de seres-habitantes dessas espacialidades. Pode-se compreender desse modo o conceito jurídico de *terra nullius* – clássica aspiração tirânico da página em branco sobre a qual escreve fortes páginas Naomi Klein em *A doutrina do choque*, analisando os planos neoliberais do poder dos anos 1970 para cá.

Em seus estudos acerca do sistema político-econômico capitalista ao qual se dedicou toda sua vida, Karl Marx opõe a propriedade comunal – que seria no princípio generalizada – à privada. Se nos *Manuscritos Parisienses* (1844), o pensador europeu caracteriza “a propriedade fundiária” como “raiz da propriedade privada”, em *A nacionalização da terra* (1872) defende que “a propriedade do solo é a fonte original de toda riqueza, e ela se transformou no grande problema cuja solução determinará o futuro da classe operária”. Salienta, ademais, que juristas, filósofos e economistas “disfarçam esse *fait initial* da conquista sob o argumento do ‘direito natural’” – evidentemente direito natural de alguns. Seu primeiro texto sobre uma questão material, no qual acompanha a discussão na Dieta renana para definir se a prática tradicional de colheita da lenha por parte dos pobres configurava-se num roubo ou não. Com a madeira valorizada por sua integração no circuito mercantil, havia uma pressão dos proprietários de terra para transformar a colheita da lenha em delito. A alternativa a isto seria sua manutenção como bem para satisfação de necessidades elementares e um embate, então, ocorre entre duas formas de direito, o de propriedade e o dos costumes, que incluía direito de passagem, de pasto e colheita de lenha. Estava, assim, em jogo a definição da propriedade.

Tal questão da terra é onipresente em certos debates político-intelectuais. Ativo participante da República dos Conselhos da Bavária em 1919, o poeta e anarquista Gustav Landauer percebe “o combate do socialismo” como “um combate pelo solo”. O capitalismo somente existe pelo fato de as “massas serem sem-terra” e a revolução se sintoniza com uma grande transformação no regime da propriedade fundiária, na qual o chão “volta a ser o portador da vida comum e da obra comum”. Em outro contexto, movimentos formulam essa antiquíssima demanda por justiça com o lema de *terra e liberdade*, do México revolucionário e da resistência ao jugo czarista à Catalunha em ebulição passando pela multiplicidade de mobilizações camponesas atravessando tempos e espaços.

Propõe-se, desse modo, estudar essas questões, da terra e da democracia, articuladas. Tal esforço é efetuado a partir do Brasil, mas em conexão com processos de outras partes do planeta. Num primeiro momento, trata-se de compreender o surgimento do capitalismo e seu longo confronto com práticas de coletividades dissidentes, desde as comunidades anabatistas no século 16 no coração da Europa às organizações comunais dos povos indígenas, quilombolas e camponeses nas Américas. A segunda parte busca apreender a privatização da terra em três sessões: a história do Brasil, desde seu início, como apropriação fundiária; a atuação do ator econômico e político do agronegócio e o caso californiano de articulação entre acaparamento de terras rurais e economia carcerária.

A seção final do curso se dedica a experiências de retomadas, com dois exemplos históricos (a cabanagem, no Pará do início do século 19 e a revolução no México em 1910) e de um caso contemporâneo no extremo-sul da cidade de São Paulo. No fim de sua vida, Marx se debruça, para a redação do volume 3 de *O Capital*, sobre as sociedades agrárias. Recebe do historiador russo Kovalevsky seu livro *Obshchinnoe Zemlevladienie* e (re)pensa a distinção entre posse e propriedade da terra e sublinha a impossibilidade de aplicar o mesmo conceito de ‘propriedade’ usado para a Europa, para estudar sociedades onde a terra não pode ser alienada (vendida). Marx troca, num ponto que Oswald de Andrade enfatizará depois, sistematicamente “propriedade” por “posse” nesses chamados *Cadernos Kovalevsky*, indicando a comunidade/comuna como proprietária, ou melhor, possuidora da terra. À apropriação capitalista, pode ser contraposta outra, a reapropriação como retomada. Essa palavra não diz respeito a um tomar para si e ser dono absoluto de uma terra a ser dominada, mas de conviver e adaptar-se a ela, em consonância com os desafios urgentes (dada a emergência climática) de outras compreensões de naturezas-culturas e com inúmeras práticas cotidianas dos povos da terra. Por fim, a última sessão é dedicada à um debate a respeito dos elos costurados entre lutas pela terra e aspirações democráticas.

14 de agosto

abertura

Davi Kopenawa e Bruce Albert. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015 [cap. 23. O espírito da floresta].

Gustav Landauer. “The settlement” (1909) em Gabriel Kuhn (org.) *Revolution and Other Writings: A Political Reader*. Oakland, PM Press, 2010.

Manuela Carneiro da Cunha. “Povos da megadiversidade: o que mudou na política indigenista no último meio século”. *Revista Piauí*, n. 148, janeiro de 2019.

Habitantes da ZAD, Notre-Dame-des-Landes. *Tomar a terra*. São Paulo, Glac, 2021 [2019].

José Celso Martinez Corrêa. *Sertões: histórias de Canudos*. Instituto Moreira Salles, 3 de julho de 2019.

terras cercadas

21 de agosto

cristãos, comunistas, hereges

Ernst Bloch. *Thomas Münzer, teólogo da revolução*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1973 [1921]. [capítulo 3 – A vida de Thomas Münzer]

complementar:

Friedrich Engels. “As guerras camponesas na Alemanha” (1850) em *A Revolução antes da revolução – Vol. 1*. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

Clóvis Moura. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo, Expressão Popular, 2000. [Capítulo 2 – Antônio Conselheiro: um abolicionista da plebe].

Dagmar Talga. *O Voo da Primavera* (2019) - documentário sobre a vida de dom Tomás Balduino.

28 de agosto

comum contra capital

Karl Marx. *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. São Paulo, Boitempo, 2017 [1842]. [Debates sobre a lei referente ao furto de madeira]

Karl Marx. *O Capital: crítica da economia política* (livro 1: o processo de produção do capital). São Paulo, Boitempo, 2013 [1867] [Capítulo 24 – A Chamada Acumulação Original].

complementar:

Troca de cartas entre Karl Marx e Vera Ivanovna Zaslitch (1881) em Michael Löwy (org.) *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo, Boitempo, 2013.

Pierre-Joseph Proudhon. *O que é a propriedade? ou Pesquisa sobre o Princípio do Direito e do Governo*. São Paulo, Martins Fontes, 1988 [1840]. [capítulos 1 e 2]

4 de setembro

antagonismo ameríndio

com Marina Ghirotto Santos e Salvador Schavelzon

Marina Ghirotto Santos. *Conversas com florestas viventes: política, gênero e festa em Sarayaku (Amazônia equatoriana)*. Tese de doutorado em Antropologia Social, FFLCH/USP, 2023 [capítulo 3 – Terra: formas de cuidar e viver bonito].

complementar:

Ailton Krenak. “A Aliança dos Povos da Floresta” (entrevista de A. Krenak e Osmarino Amâncio, por Beto Ricardo e André Villas Boas, 10 de maio de 1989) em Sergio Cohn (org.) *Encontros*. Rio de Janeiro, Azougue, 2015.

Edward Valandra. “Mni Wiconi: water is [more than] life” em Nick Estes e Jaskiran Dhillon (orgs.). *Standing with Standing Rock: Voices from the #NoDAPL Movement*. Minnesota, University of Minnesota Press, 2019.

11 de setembro

brasil quilombola, terra preta

com Salloma Salomão e Ronaldo Santos

Antônio Bispo dos Santos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo, Ubu e Piseagrama, 2023.

Mariléa de Almeida. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo, Elefante, 2022. [introdução e capítulo 1]

complementar:

Joelson Ferreira de Oliveira. “Terra Vista, Terra-Mãe: Existência grandiosa no campo”. *Caderno de Leituras n. 111 Série Políticas da terra*. Edições Chão da Feira, Belo Horizonte, agosto de 2020.

Flávio dos Santos Gomes. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo, Claro Enigma, 2015.

propriedade fundiária, nó do brasil (e do mundo)

25 de setembro

A grilagem como fundamento

com Gustavo Prieto e Douglas Rodrigues Barros

Gustavo Prieto. “Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira” em Ariovaldo Umbelino de Oliveira (org.). *A grilagem de terras na formação territorial brasileira*. São Paulo, FFLCH/USP, 2020.

complementar:

Ariovaldo Umbelino Oliveira, Camila Salles de Faria e Teresa Paris Buarque de Hollanda. “Registros Públicos e Recuperação de Terras Públicas – Relatório Final”. *Série Pensando o Direito* n. 48, Brasília, Ministério da Justiça, 2012.

Douglas Rodrigues Barros. “O agro realmente é pop: sobre a hegemonia do sertanejo na era da pós-música”. *Revista Rosa*, vol. 7, março de 2023.

2 de outubro

O agronegócio

com Yamila Goldfarb e Caio Pompeia

Marco Antonio Mitidiero Junior e Yamila Goldfarb. *O Agro não é Tech, o Agro não é Pop e Muito Menos Tudo*. São Paulo, ABRA e FES Brasil, 2021.

Caio Pompeia. *Formação política do agronegócio*. São Paulo, Elefante, 2021. [capítulo 7 – conflitos]

complementar:

Yamila Goldfarb. “Reforma agrária como política de reparação histórica para a população negra no Brasil”. *Campo-Território: revista de Geografia Agrária*, Uberlândia-MG, v.18, n.49, p. 330-344, abr. 2023.

Caio Pompeia. “Uma etnografia do Instituto Pensar Agropecuária”. *Mana*, 28 (2), 2022.

9 de outubro

Ajuste prisional: terras rurais e economia carcerária

com Bruno Xavier Martins

Ruth Wilson Gilmore. *Golden gulag: prison, surplus, crisis, and opposition in globalizing*. Los Angeles, University of California Press, 2007. [no prelo, São Paulo, Igrá Kniga, 2023, tradução de Bruno Xavier Martins]. [trecho a selecionar]

complementar:

Jackie Wang. *Capitalismo carcerário*. São Paulo, Igrá Kniga, 2022 [2018] [capítulo 4].

terra habitada

23 de outubro

Cabanagem

com Charles Trocate

Pasquale Di Paolo. *Cabanagem, a revolução popular da Amazônia*. Belém, Cejup, 1990.

Domingos Antônio Raiol. *Motins políticos ou, História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

Vicente Salles. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém, Cejup, 1990.

Mark Harris. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil (1798-1840)*. Campinas, Unicamp, 2018.

Décio Freitas. *A miserável revolução das classes infames*. Rio de Janeiro, Record, 2005.

Célia Maracajá. *O auto da cabanagem*.

30 de outubro

Tierra y libertad (México, 1910)

com Cassio Brancaleone e Ester Rizzi

Manifiesto de Partido Liberal Mexicano. *Regeneración* Tomo IV, No. 56 Los Ángeles, California. 23 de septiembre de 1911.

INEHRM (org). *El plan de ayala (1911)*. Mexico, Fondo de Cultura, 2019.

Rubén Trejo Muñoz. “Vínculos entre los zapatistas y los magonistas durante la Revolución Mexicana”, UACM, 2020.

complementar:

Cassio Brancaleone. “Revolução mexicana, magonismo e anarquismo” em Beatriz Silvério e Fernanda Grigolin (orgs.). *Infatigável guerrilheira: Margarita Ortega Valdés na Revolução Mexicana*. São Paulo, Tenda de Livros, 2022.

Ester Gammardella Rizzi. *Revolução Mexicana - O direito em tempos de transformação social*. São Paulo, Expressão Popular, 2023. [capítulo 2 – O Direito e a organização fundiária mexicana].

6 de novembro

retomadas

com Jerá Guarani, Lucas Keese e Lauriene Seraguza

[domingo 5 de novembro – dia na Kalipety]

Jerá Guarani. “Tornar-se selvagem”. *Piseagrama*, n. 14, p. 12-19, jul. 2020.

Lucas Keese dos Santos. *A esquiva do Xondaro: movimento e ação política entre os Guarani Mbya*. São Paulo, Elefante, 2021. [capítulo 4: esquiva e resistência histórica]

Lauriene Seraguza. *As donas do fogo: política e parentesco no mundo guarani*. Tese de doutorado em Antropologia Social, FFLCH/USP, 2023 [trecho do capítulo 3: corpos de reservas, vidas em retomadas].

13 de novembro

debate de encerramento ao ar livre na casa líquida [perto do metrô Sumaré]:

apropriação coletiva e territórios libertos

com Mauro William Barbosa de Almeida